

SALVOS

ABSOLVIDOS

Os parlamentares inocentados foram salvos por pressões políticas e pela falta de tempo da CPI. Alguns apareceram em documentos da Construtora Norberto Odebrecht, outros continuam cercados de indícios de participação em irregularidades. São 11:

Deputados

Eraldo Tinoco (PFL-BA), Geddel Vieira Lima (PMDB-BA), Osmâniao Pereira (PSDB-MG), Sérgio Guerra (PSB-PE) e Waldomiro Lima (PDT-RS)

Senadores

Alexandre Costa (PFL-MA), ex-ministro da Integração Regional no governo Itamar, Humberto Lucena (PMDB-PB), Mansueto de Lavor (PMDB-PE), Mauro Benevides (PMDB-CE), Saldanha Derzi (PRN-MS) e Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL).

NEM FORAM CONVOCADOS

Apesar de aparecerem de maneira comprometedora nos papéis da Odebrecht, foram poupadados das investigações dois deputados:

Miguel Arraes (PSB-PE) e Roseana Sarney (PFL-MA)

A SEREM INVESTIGADOS

A falta de tempo da CPI deixou as investigações incompletas em muitos casos. Além de alguns dos que acabaram inocentados, 20 políticos escaparam da lista de cassações e punições mais duras por insuficiência de provas:

O deputado Messias Góis (PFL-SE), um dos sete anões do Orçamento, é o único parlamentar que a CPI recomendou ao Ministério Público para realização de investigações mais profundadas

A maioria dos casos foi encaminhada às mesas da Câmara e do Senado para que elas tomem as providências que acharem necessárias. Integrantes da CPI temem que essa medida não tenha consequências práticas. A Câmara e o Senado terão de decidir o que fazer com 13 parlamentares:

Deputados

Gastone Righi (PTB-SP), Jesus Taira (PFL-PI), Jorge Tadeu Mudental (PMDB-SP), José Carlos Aleluia (PFL-BA), José Carlos Vasconcelos (PRN-PE), José Luiz Maia (PPR-PI), Mussa Demes (PFL-PI), Paes Landim (PFL-PI), Pedro Irujo (PMDB-BA), Pinheiro Landim (PMDB-CE), Roberto Jefferson (PTB-RJ) e Vídurico Pinto (PSB-BA)

Sénador

Dário Pereira (PFL-RN)

Ex-ministros

A CPI também recomendou providências para os três ex-ministros investigados. O ex-chefe da Casa Civil Henrique Hargreaves (governo Itamar) poderá ser investigado pela Receita Federal. Os casos dos ex-ministros da Ação Social Margarida Procopio e da Educação Carlos Chiarelli (governo Collor) foram para o MP

Governadores

Os três que foram investigados pela CPI poderão sofrer novas investigações do Ministério Público. São eles: Joaquim Roriz (PP), do Distrito Federal, Edison Lobão (PFL), do Maranhão, João Alves Filho (PFL), de Sergipe

OUTROS

A CPI também mandou ao Ministério Público provas encontradas contra cinco pessoas:

Em dois casos, os acusados já enfrentam processos na Justiça: o empresário Normando Leite Cavalcanti, dono da Seval, e o economista José Carlos Alves dos Santos, que, para a CPI, cometeu os crimes de corrupção passiva, enriquecimento ilícito e usurpação do uso de função pública

O diretor da Odebrecht em Brasília, Ailton Reis, foi acusado pela CPI de corrupção ativa e perjúrio

A CPI também recomendou abertura de processo contra dois ex-assessores de Margarida Procopio: Walter Annichino, ex-secretário nacional de Saneamento, não explicou a origem de depósitos encontrados em suas contas e omitiu bens à Receita; Ramon Arnus Filho, ex-secretário nacional de Habitação, não explicou a elevada movimentação bancária